

**Carta Apostólica “Augustinum Hipponensem” do Sumo Pontífice João Paulo II
no XVI Centenário da conversão de Santo Agostinho**

Aos bispos,
Sacerdotes,
Famílias religiosas e fiéis de toda a Igreja Católica
No XVI centenário da conversão de Santo Agostinho, Bispo e Doutor da Igreja.

Veneráveis irmãos e queridos filhos e filhas, saudações e a benção apostólica.

1. AGOSTINHO DE HIPONA, passando apenas um ano depois de sua morte, foi catalogado como um dos “melhores mestres da Igreja” por meu distante predecessor Celestino I, segue presente na vida da Igreja, na mente e na cultura de todo o Ocidente. Depois, outros Romanos Pontífices, por não falar dos Concílios que com frequência e abundantemente, não se inspirado em seus escritos, propuseram os seus exemplos e seus documentos doutrinários para que se estudassem e imitassem. Leão XIII exaltou seus ensinamentos filosóficos na Encíclica *Aeterni Patris*; Pio XI reassumiu suas virtudes e seu pensamento na Encíclica *Ad salutem humani generis*, declarando que por seu ingênuo agudíssimo, pela riqueza e sublimidade de sua doutrina, pela santidade de sua vida e pela defesa da verdade católica ninguém, ou muitos poucos se podem comparar de quantos floresceram desde os princípios do gênero humano até nossos dias; Paulo VI afirmou que “além de brilhar nele de forma eminente as qualidades dos Padres, se pode afirmar na verdade que todo o pensamento da antiguidade fluem em sua obra e que dela derivam correntes de pensamento que envolve toda a tradição doutrinária dos séculos posteriores”.

Eu mesmo tenho acrescentado a minha voz a de meus predecessores, expressando o vivo desejo de que “sua doutrina filosófica, teológica e espiritual se estude e se difunda, de tal modo que continue... seu magistério na Igreja; um magistério, acrescentava, humilde e luminoso ao mesmo tempo, que fala sobre tudo de Cristo e do seu amor”. Tenho tido a oportunidade, além de recomendar especialmente aos filhos espirituais do grande Santo que mantenham “vivo e atraente o encanto de Santo Agostinho também na sociedade moderna”, ideal estupendo e entusiasmante, porque “o conhecimento exato e afetuoso de seu pensamento e de sua vida provoca a sede de Deus, descobre o encanto de Jesus Cristo, o amor a sabedoria e a verdade, a necessidade da graça, a oração, a virtude, a caridade fraterna, o anseio da eternidade feliz”.

Me é muito grato, pois, que a feliz circunstância do XVI centenário de sua conversão e de seu batismo me ofereça a oportunidade de evocar de novo sua figura luminosa. Esta nova evocação será ao mesmo tempo uma ação de graças a Deus pelo dom que fez a Igreja, e mediante ela a humanidade inteira, graças à aquela admirável conversão; e será também uma ocasião propícia para recordar que o convertido, uma vez feito bispo, foi um modelo esplêndido de Pastor, um defensor intrépido da fé ortodoxa ou, como dizia ele, da “virgindade da fé”. Um construtor infatigável da perfeição espiritual e religiosa.

I. A Conversão

Conhecemos o caminho de sua conversão por suas mesmas obras, quer dizer, pelas (obras) que escreveu na solidão de Casiciaco antes do batismo, e sobre tudo por suas celebres *Confissões*, uma obra que é ao mesmo tempo autobiografia, filosofia, teologia, mística e poesia, em que homens sedentos de verdade e conscientes de seus próprios limites, tem se encontrado e seguem encontrando a si mesmos. Já em seu tempo, o autor a considerava como uma de suas obras mais conhecidas. “Qual de minhas obras”, escreve até o final de sua vida, “pude alcançar uma mais ampla notoriedade e resultar mais agradável que os livros de minhas Confissões?”. A história não desmentiu nunca este juízo; ao contrário, não a feito mais que confirmá-lo amplamente. Todavia, hoje as *Confissões* de Santo Agostinho são muito lidas e, como são muito ricas de introspecção e de paixão religiosa, realizam em profundidade, agitam e comovem. E não só aos crentes. Ainda aqueles que, mesmo quando não tenha fé, pelo menos vão buscando uma certeza que lhes permita compreender-se a si mesmos, são aspirações profundas e seus tormentos, tiram proveito da leitura desta obra. A conversão de Santo Agostinho, condicionada pela necessidade de encontrar a verdade, tem muito que ensinar aos homens de hoje, com tanta frequência perdidos e desorientados frente ao grande problema da vida.

Se sabe que esta conversão teve um caminho particularíssimo, porque não se tratou de uma conquista a fé católica, senão de uma reconquista. La havia perdido convencido, ao perdê-la, de que não abandona a Cristo, senão só a Igreja.

Com efeito, havia sido educado cristãmente por sua mãe, a piedosa e Santa Mônica. Como consequência desta educação, Agostinho permaneceu sempre não somente um crente em Deus, na Providência e na vida futura, mas também, um crente em Cristo, cujo nome “havia bebido”, como disse ele “com o leite materno”. Após voltar a fé da Igreja católica, dirá que havia voltado “a religião que me foi imbuída desde criança e que havia penetrado até a medula de meu ser”. Quem queira compreender sua evolução interior e um aspecto, tal vez o mais profundo, de sua personalidade e de seu pensamento, deve partir dessa constatação.

Aos despertar-se aos 19 anos ao amor da sabedoria com a leitura de *Hortencius* de Cícero – “aquele livro, tenho que admitir, mudou meu modo de sentir... e me fez desejar ardentemente a sabedoria imortal com incrível ardor de coração” – amou profundamente e buscou sempre com todas as fibras de sua alma a verdade. “Ó verdade, verdade, como suspirava por ti, desde as fibras mais intimas de meu coração!”.

Apesar deste amor a verdade, Agostinho caiu em erros graves. Os estudiosos buscam as causas disso e as encontra em três direções: a formulação equivocada entre a razão e a fé, como se houvesse que escolher necessariamente entre uma e outra; no presumo contraste entre Cristo e a Igreja, com a seguinte presunção de que para aderir-se plenamente a Cristo tinha que abandonar a Igreja; e no desejo de ver-se livre a consciência do pecado, não mediante sua remissão por obra da graça, senão mediante a negação da responsabilidade humana do pecado mesmo.

Assim, o primeiro erro consistia em um certo espírito racionalista, em virtude da qual se persuadiu de que “havia que seguir não aos que mandam crer, mas, aos que ensinam a verdade”. Com este espírito leu as Sagradas Escrituras falando a seu povo sobre este momento de sua vida, lhe dizia: “Eu que vos falo, estive enganado um tempo, quando de jovem me aproximei pela primeira vez das Sagradas Escrituras. Me acerquei a ela não com a piedade do que busca humildemente, senão com a presunção de quem quer discutir... Podre de mim, que acreditei está apto para voo, abandonei o ninho e caí antes de voar”.

Foi então quando se encontrou com os maniqueus, lhes escutou e os seguiu. Razão principal: a promessa “de deixar de lado a terrível autoridade, conduzir a Deus e de livrar dos horrores a seus discípulos com a pura e simples razão”. Precisamente era como se mostrava Agostinho. “Desejoso de possuir e absolver a verdade autêntica e sem véus” com somente a força da razão.

Convencido depois de largos anos de estudos, especialmente dos estudos filosóficos, de que lhe haviam enganado, mas, por consequência da propaganda maniqueia; convencido sempre de que a verdade não estava na igreja católica, manteve por muito tempo o remo de seu barco no meio das ondas”.

Desta perigosa atitude tirou o mesmo amor da verdade que permanecia dentro de sua alma. Chegou a convencer-se de que não é possível que o mesmo caminho da verdade esteja fechado a mente humana; se não a encontra, é porque ignora ou despreza o método para buscá-la.

Animado por essa convicção, disse a si mesmo: “busquemos com maior cuidado, em vez de perder a esperança”. E assim, prosseguiu na busca e, desta vez, guiado pela graça divina, que sua mãe implorava com lágrimas, chegando felizmente ao porto.

Chegou a compreender que a razão e a fé são forças destinadas a colaborar para conduzir o homem ao conhecimento da verdade, e que cada qual tem um primado próprio: a fé, temporal; a razão, absoluto –. Compreendeu que a fé para estar segura, requer uma autoridade divina, que não é mais do que a fé em Cristo, sumo Mestre – disto Agostinho não havida duvidado nunca. – e que a autoridade de Cristo se encontra nas Sagradas Escrituras, garantidas pela autoridade da Igreja católica.

Com a ajuda dos filósofos platônicos se livrou da concepção materialista do ser que havia absolvido do maniqueísmo: “Advertido por aqueles livros escritos a que voltasse a si mesmo, entrei no íntimo de meu coração, baixo tua guia... Entrei nele e o encontrei com os olhos de minha alma... por cima de minha indignação, uma luz imutável”. Esta luz imutável foi a que abriu os imensos horizontes do espírito e de Deus.

Compreendeu que, a propósito da grave questão do mal, que constituía seu maior tormento, a primeira pergunta que há de se formular não é de onde procedeu mal, senão em que consiste e, fez a intuição de que o mal não é uma substância, mas uma privação do bem: “tudo o que existe é bom, e o mal, cuja origem eu buscava, não é uma substância”. Deus, – concluiu ele – é o criador de todas as coisas e não existe substância alguma que não haja sido criada por ele.

Compreendeu também, referindo-se a sua experiência pessoal – e este foi seu descobrimento decisivo –, que o pecado tem sua origem na vontade do homem, uma vontade livre e indefectível: “Eu era quem queria, eu quem não queria, eu, era eu”.

A este ponto um poderia crer que havia chegado ao fim, contudo, não havia chegado ainda; aos montes do novo erro lhe envolviam. Foi a presunção de poder chegar a posição beatífica da verdade com somente suas forças naturais. Uma experiência pessoal que terminou mal o dissuadiu. Foi então, quando compreendeu que uma coisa é conhecer a meta e outra muito diversa é chegar a ela. Para dar com a força e o caminho necessários “me lancei com maior rapidez, escreve ele mesmo, “sobre a venerável Escritura de teu Espírito, e antes de mais nada, sobre o Apóstolo Paulo”. Nas cartas de Paulo descobriu a Cristo mestre, como o fala venerado sempre, mas também a Cristo redentor, Verbo encarnado, único mediador entre Deus e os homens. Foi então quando foi-lhe mostrando em todo o seu esplendor “o rosto da filosofia”: era a filosofia de Paulo, que tem por centro a Cristo, “poder e sabedoria de Deus” (1Cor 1, 24), e que têm outros centros: a fé, a humildade, a graça; a “filosofia”, que é ao mesmo tempo sabedoria e graça, em virtude da qual se fez possível não só conhecer a pátria, mas também, chegar a ela.

Uma vez encontrado Cristo redentor, fortemente abraçado a Ele, Agostinho havia retornado ao porto da fé católica, a fé na qual sua mãe lhe tinha educado: “Havia ouvido falar da vida eterna desde criança, vida que nos foi prometida mediante a humildade do Senhor nosso Deus, inclinado até a nossa soberba”. O amor e a verdade, sustentado pela graça divina, triunfou de todos os erros.

Mas, o caminho não havia terminado. No caminho de Agostinho renascia o antigo propósito, o de consagrar-se por inteiro a sabedoria, uma vez que à havia encontrado, isto é, abandonar toda esperança terrena para possuí-la. Agora já não podia alegar mais desculpas: a verdade que tanto havia suspirado era finalmente certa. E, ainda assim, duvidava buscando razões para não decidir fazê-lo. As ligaduras que o atavam as esperanças terrenas eram fortes: as honras, o lucro, o matrimônio; especialmente o matrimônio, dados aos hábitos que havia contraído.

Não é que estivesse proibido de casar-se – isto o sabia muito bem Agostinho –, o que não queria era ser cristão católico somente dessa maneira: renunciando ao ideal acariciado de uma família e dedicando-se com “toda” sua alma ao amor e a posse da Sabedoria. Ao tomar essa decisão, que correspondia a suas aspirações mais íntimas, mas que estava pugna com os hábitos mais arraigados, o estimulava ao exemplo de Antão e demais monges, exemplo que ia se difundindo, incluindo o Ocidente e que ele conheceu casualmente. Com grande rumor se perguntava a si mesmo: “Não poderá tu fazer o que fizeram estes e estas jovens?”. Disso se originou um drama interior, profundo e dilacerante, que a graça divina conduziu ao bom desenlace.

Eis aqui como narra Agostinho a sua mãe esta serena, mas forte determinação: “Fomos até minha mãe e lhe revelamos a decisão que havíamos tomado. Ela se alegrou. Lhe contamos o desenvolvimento dos fatos. Se alegrou e triunfou. E começou a bendizer-Te porque tu podes fazer mais do que pedimos e compreendemos (Ef 3, 20). Via o que lhe havias concedido, com relação a mim, mais do que te havia pedido com todos os gemidos e suas lágrimas comovedoras. De fato, me envolveste a ti tão absolutamente, que já não buscava nem esposa, nem carreira neste mundo”.

A partir daquele momento começava para Agostinho uma vida nova, terminou o ano escolar – estavam perto as férias da colheita da uva –; retirou-se na solidão de Casiciaco; ao final das férias renunciou ao professorado, regressou a Milão a princípios de 387, se inscreveu entre os catecúmenos e na noite do sábado santo – 23/24 de abril – foi batizado pelo bispo Ambrósio, de cuja pregação havia aprendido tanto. “Recebemos o batismo e se dissipou de nós a inquietude da vida passada. Aqueles dias não me fartavam de considerar com doçura admirável teus profundos desígnios sobre a salvação do gênero humano”. E acrescenta, manifestando a íntima comoção de sua alma: “Quantas lágrimas derramei ouvindo os acentos de teus hinos e cânticos, que ressoavam docemente em tua Igreja”.

Depois do batismo o único desejo de Agostinho foi de encontrar um lugar apropriado para poder viver em companhia de seus amigos, segundo o “santo propósito” de servir ao Senhor. O encontrou na África, em Tagaste, seu povo natal aonde chegou depois da morte de sua mãe em Óstia Tiberina, e depois de alguns meses em Roma dedicados a estudar o movimento monástico. Já em Tagaste, “renunciou a seus bens e, em companhia daqueles que lhe seguiam, viviam para Deus em jejuns, preces, boas obras, meditando dia e noite na lei do Senhor”. O amante apaixonado da verdade queria dedicar sua vida ao ascetismo, a contemplação e ao apostolado intelectual. De fato, seu primeiro biógrafo acrescenta: “E das verdades que Deus revelava a sua inteligência para participar presentes e ausentes, instruindo-lhes com discursos e com livros”. Em Tagaste escreveu numerosos livros, como havia feito em Roma, Milão e Casiciaco.

Depois de três anos viajou a Hipona com a intenção de buscar um lugar aonde fundar um mosteiro e para encontrar-se com um amigo que esperava ganhá-lo para a vida monástica. Em troca, o que encontrou, sem querer, foi o sacerdócio, mas não renunciou a seus ideais: pediu e foi-lhe concedido fundar um mosteiro: o *monasterium laicorum*, em que viveu e dele saíram muitos sacerdotes e bispos para toda a África. Ao término de cinco anos lhe fizeram bispo, transformando sua casa episcopal em um mosteiro: o *monasterium clericorum*. O ideal concedido no momento de sua conversão não o abandonou jamais, nem sequer quando lhe fizeram sacerdote e bispo. Escreveu inclusive uma regra *ad servos Dei*.

II. O Doutor

Tenho me detido um pouco nos pontos essenciais da conversão de Agostinho porque dela se derivam tantos e tão úteis ensinamentos não para os crentes, mas também para todos os homens de boa vontade: quão fácil é perder-se no caminho da vida e quanto difícil é voltar a encontrar o caminho da verdade. Mas esta admirável conversão nos ajuda também a entender melhor sua vida posterior como monge, sacerdote e bispo. Ele seguiu sempre o grande deslumbrado pela graça: “Nos havias transpassado o coração com as flechas de teu amor e tinhas sempre tuas palavras arraigadas em minhas entranhas”. Sobre tudo, nos ajuda a penetrar com maior facilidade em seus pensamentos, tão universal e fecundo que prestou ao pensamento cristão um serviço incomparável e perene, até o ponto de podermos chama-lo, com toda a razão, de pai comum da Europa cristã.

O suave secreto de sua busca constante foi o mesmo que lhe havia guiado no itinerário de sua conversão: o amor a verdade. E assim disse o mesmo: “Que deseja o homem com maior vigor do que a verdade?”. Uma obra de sua profunda especulação teológica e mística, escrita mais por necessidade pessoal de que por exigências externas, recorda este amor e escreve: “Nos sentimos arrebatados, pelo amor de indagar a verdade”. Esta vez o objeto da investigação era o augusto mistério da Trindade e o mistério de Cristo, revelação do Pai, “ciência e sabedoria” do homem: assim foi como nasceu a grande obra sobre *a Trindade*.

A orientação da investigação, a que nutria incessantemente o amor, teve duas coordenadas: uma maior compreensão da fé católica e sua defesa contra quem a negavam, como eram os maniqueus e os pagãos, ou davam dela interpretações equivocadas, como os donatistas, pelagianos e arianos. Resulta difícil adentrar-se no mar do pensamento agostiniano; muito mais difícil ainda é: resumi-lo, sim é que é possível em realidade. Mas se me permita recordar, para comum edificação, algumas das luminosas intuições desse sumo pensador.

1. Razão e fé

Antes de tudo, os problemas relativos que mais atormentou a sua juventude e que voltou outra vez com toda a força de seu gênio e toda paixão de sua alma, o problema das relações entre a razão e a fé: um problema eterno, de hoje não menos que de ontem, de cuja solução depende a orientação do pensamento humano. Mas também problema difícil, já que se trata de passar indemnes entre um extremo e o outro, entre o fideísmo que despreza a razão, e o racionalismo que exclui a fé. O esforço intelectual e pastoral de Agostinho foi o de demonstrar, sem sombra de dúvida, que “as duas forças que nos permitem conhecer” devem colaborar conjuntamente.

Agostinho escutou a fé, mas não a exaltou mais do que a razão, dando a cada qual seu próprio primado ou tempo ou de importância. Disse a todos o *crede ut intelligas*, mas repetiu o *intellige ut credas*. Escreveu uma obra, sempre atual, sobre a utilidade da fé, e explicou como a fé é a medicina destinada para curar o olho do espírito, a fortaleza inexpugnável para a defesa de todos, especialmente aos débeis, contra o erro, o ninho donde se acham as plumas para os altos voos do espírito, o caminho curto que permite conhecer pronto, com a segurança e sem erros, as verdades que conduzem ao homem a sabedoria. Mas sustenta também que a fé não está nunca sem a razão, porque é a razão que demonstra “em quem há de crer”. Portanto, “também a fé tem seus olhos próprios, com os quais vê de alguma maneira o que é verdadeiro ou todavia não vê”. “Ninguém, pois, crê sem antes não tenha pensado que tem a obrigação de crer”, posto que “crer não é senão pensar com assentimento” – cum assentione cogitare – ... até tal ponto que “a fé que não seja pensada não é fé”.

O raciocínio sobre os olhos da fé desemboca no da credibilidade, do qual Agostinho fala com frequência apontando os motivos, como se quisesse confirmar a consciência com a que ele mesmo havia voltado à fé católica. Interessa citar um texto. Escreve ele: “São muitas as razões que me mantêm no seio da Igreja católica. Aparte a sabedoria de seus ensinamentos (para Agostinho este argumento era fortíssimo, mas não o admitiam seus adversários), ... me mantêm o consentimento dos povos e das gentes; me mantêm a autoridade fundada sobre os milagres, nutrida com a esperança, aumentada com a caridade, consolidada pela antiguidade; me mantêm a sucessão dos bispos, da sede mesma do Apóstolo Pedro, a quem o Senhor depois da ressurreição mandou apascentar a suas ovelhas, até o episcopado atual; me mantêm, firmemente, o nome mesmo de católica, que não sem razão somente esta Igreja tem obtido”.

Em sua grande obra *A cidade de Deus*, que é ao mesmo tempo apologética e dogmática, o problema da razão e da fé se convertem na da fé e cultura. Agostinho, que tanto trabalhou por promover a cultura cristã, o resolve expondo três argumentos importantes: a fiel exposição da doutrina cristã; a atenta recuperação da cultura pagã em tudo aquilo que tinha de recuperável, e que baixo o ponto de vista filosófico não era pouco; e a demonstração insistente da presença no ensinamento cristão de tudo aquilo que havia naquela cultura de verdadeiro e perenemente útil, com a vantagem de que se encontrava aperfeiçoado e sublimado. Não em vão, se muito *A cidade de Deus* durante a Idade Média, merece certamente que se leia também em nossos tempos como exemplo e acicade para refletir melhor em torno às relações entre o cristianismo e as culturas dos povos. Vale a pena citar um texto importante de Agostinho: “A cidade celestial... convoca os cidadãos de todas as nações... sem preocupar-se das diferenças de costumes, leis ou instituições..., não suprime nem destrói coisa alguma destas; ao contrário, a aceita e conserva tudo o que, ainda em que sejam diferentes as nações, tende a um mesmo fim: a paz terrena, mas com a condição de que não impeçam a religião que ensina a adorar a um só Deus, sumo e verdadeiro”.

2. *Deus e homem*

O outro grande binômio que Agostinho estudou sem descanso é o de Deus e o homem. Liberto, como disse acima, do materialismo que o impedia de ter uma noção justa de Deus – e por tanto uma verdadeira noção do homem – fixou neste binômio os grandes temas de sua investigação e os estudou sempre conjuntamente: o homem pensando em Deus e Deus pensando no homem, cuja imagem é.

Nas *Confissões* se propõe a si mesmo esta dupla pergunta: “Quem és tu para mim, Senhor?”, “e que sou eu para ti?”. Para dar-lhe uma resposta faz uso de todos os recursos

de seu pensamento de toda a incessante fadiga de seu apostolado. A inefabilidade de Deus lhe penetra completamente, até o ponto de fazer-lhe exclamar: “Por que te estranhas de que não compreendes? Se compreendesse, não seria Deus”. Para ele “não é pequeno o começo para o conhecimento de Deus, antes de saber quem é Ele, que comecemos por saber que Ele não é”. Há que tratar, pois, “de compreender a Deus, si podemos e em quanto podemos, bom sem qualidade, grande sem quantidade, criador sem necessidade”. E assim pelo que se refere as demais categorias da realidade descrita por Aristóteles.

Não obstante a transcendência e inefabilidade divinas, Agostinho, partindo da autoconsciência do homem que é, de conhecer e amar, e animado pela Escritura, que nos revela a Deus como o Ser supremo (Ex 3, 14); a Sabedoria suprema (*Sab. passim*) e o primeiro amor (1Jo 40 8), esclarece esta tríplice noção de Deus: Ser de quem procede, pela criação do anda, todo ser; Verdade que ilumina a mente humana para que possas conhecer a verdade com certeza; Amor pelo qual procede e até o qual se dirige todo verdadeiro amor. Deus, em efeito, como ele repete várias vezes, é “a causa do subsistir, a razão do pensar e a norma do viver”, ou, por citar outra célebre fórmula sua, “a causa do universo criado, a luz da verdade que percebemos, e a fonte da felicidade que gostamos”. Mas aonde o gênio de Agostinho se exercitou prevalentemente foi no estudo da presença de Deus no homem, presença que é ao mesmo tempo profunda e misteriosa. Encontra a Deus, “o interno-eterno”, remotíssimo e presentíssimo: porque remoto, o homem o busca; porque presente, o conhece e o encontra. Deus está presente como “substância criadora do mundo”, como verdade iluminadora, como amor que atrai, mas íntimo que o mais íntimo que há no homem e mais alto que o mais alto que existe nele. Referindo-se ao período anterior a conversão, Agostinho disse a Deus: “Aonde estavas então e quão distante de mim? Eu vagava longe de ti... e tu, pelo contrário, estavas mais dentro de mim que a parte mais profunda de mim mesmo e mais alto que a parte mais alta de mim mesmo”; “Tu estavas comigo, mas eu não estava contigo”. E uma vez mais: “Estavas diante de mim, mas eu me havia afastado de mim mesmo e não sabia encontrar-me. Com maior razão não sabia encontrar a Ti”. Quem não se encontrava a si mesmo, não encontrava a si mesmo, não encontra a Deus, porque Deus está no profundo de cada um de nós.

O homem, por tanto, não se entende se não na relação com Deus. Agostinho ilustrou com uma veia inesgotável esta verdade quando estudava as relações entre o homem e Deus, e o tem exposto nas fórmulas mais variadas e eficazes. Ele vê o homem como uma tensão até Deus. São célebres estas palavras suas: “Nos fizestes para Ti e nosso coração não descansará até repousar em Ti”. O vê como capacidade de ser elevado até a visão imediata de Deus: o ser finito que alcança o Infinito. O homem, escreve ele em sua obra *A Trindade*, é a imagem de Deus, quando é capaz de Deus e pode ser partícipe d’Ele”. Esta capacidade “impressa imortalmente na natureza suprema, o homem é uma grande natureza”. O vê também como um ser indigente de Deus, enquanto necessitado da felicidade, que não pode encontrar senão em Deus. “A natureza humana foi criada na grandeza tão excelsa, que, dado que é mudável, só se aderindo ao bem mudável, que é o Sumo Deus, pode conseguir a felicidade, e não pode cumular sua indigência sem ser feliz, mas para cumulá-la não basta nada que não seja Deus”.

Desta revelação constitucional do homem com Deus depende o insistente convite agostiniano a interioridade. “Volta a ti mesmo; no homem interior habita a verdade; e se encontras que tua natureza é mudável, transcende-te a ti mesmo” para encontrar a Deus, fonte da luz que ilumina a mente. No homem interior existe, junto com a verdade, também a misteriosa capacidade de amar, que, como um peso – esta é a célebre

metáfora agostiniana – o leva fora do mesmo até o Outro por excelência, quer dizer, Deus. O peso do amor lhe faz constitucionalmente social, até o ponto de que “ninguém”, como escreve Agostinho, “é mais social por natureza que o homem”.

A interioridade do homem, de onde se recolhem as riquezas inesgotáveis da verdade e do amor, constitui “um abismo”, que nosso Doutor não cessa de observar atentamente, nem de maravilhar-se dele. Mas, a estas alturas, é preciso acrescentar que o homem se apresenta, para quem seja sensível a si mesmo e a história, como um grande problema; como disse Agostinho, uma “magna quaestio”. São demasiados numerosos os enigmas que o rodeiam: o enigma da morte, da divisão profunda que sofre em si mesmo, do desequilíbrio irreparável entre o que é e o que deseja; enigmas que se reduzem ao fundamental, que consiste em sua grandeza e em sua incomparável miséria. Sobre estes enigmas, os têm tratado amplamente o Concílio Vaticano II quando se propôs ilustrar “o mistério do homem”, Agostinho se lançou com paixão e empenho no estudo profundo de sua inteligência, não só para o homem, também o é, acrescenta o autor de *A Cidade de Deus*, aficionado pela história, que “ninguém é tão antissocial por vício como o homem” – senão também, sobretudo para buscar e propor suas soluções. Pois bem, pelo que se refere a soluções, não encontra mais que uma, a mesma que se apresentou na vigília de sua conversão: Cristo, Redentor do homem. Em torno desta solução tenho sentido a necessidade de chamar também a atenção dos filhos da Igreja e de todos os homens de boa vontade em minha primeira Encíclica, precisamente a “Redemptor hominis”, feliz de fazer eco com minha voz à voz de toda a tradição cristã.

Entrando nesta problemática, o pensamento de Agostinho, ainda continuando fundamentalmente filosófico, se faz cada vez mais teológico, e o binômio Cristo e a Igreja, que havia negado primeiro e depois reconheceu durante os anos da juventude, começa a ilustrar a ideia geral de Deus e do homem.

3. *Cristo e a Igreja*

Bem se pode afirmar que Cristo e a Igreja são o fundamento do pensamento teológico do bispo de Hipona, mas ainda, se poderia acrescentar, de sua mesma filosofia, enquanto feita aos filósofos “sine homine Chisto”. De Cristo é inseparável a Igreja. Agostinho reconheceu no momento de sua conversão e aceitou com alegria e gratidão a lei da Providência que pôs em Cristo e na Igreja “a autoridade mais excelsa e a luz da razão – totum culmen auctoritatis lumenque rationis – com o fim de crê de novo e reformar o gênero humano”.

Ele falou, sem dúvida alguma, com amplitude e magnificamente em sua grande obra sobre “A Trindade” e seus discursos sobre o mistério trinitário, traçando o caminho a teologia posterior. Insistiu ao mesmo tempo na igualdade e na distinção das pessoas divinas, ilustrando-as com a doutrina das relações: Deus “é tudo o que tem, exceto as relações, em virtude das quais cada pessoa se refere a outra”. Desenvolveu a teologia sobre o Espírito Santo, que procede do Pai e do Filho, mas “principalmente” do Pai, porque “de toda a divindade, ou melhor, da deidade o princípio é o Pai”; e Ele deu ao Filho o espirar do Espírito Santo, que procede como Amor e por tanto é engendrado. Logo, para responder aos “gárrulos racionadores”, propôs a explicação da “psicologia” da Trindade, buscando sua imagem na memória, na inteligência e no amor do homem, estudando com eles ao mesmo tempo o mais augusto mistério da fé e a mais alta natureza do criado, qual é o mesmo espírito humano.

Mas falando da Trindade, tem sempre fixa a mirada em Cristo, revelação do Pai e na obra da salvação. Desde que, pouco antes de conversão, entendeu bem os termos do mistério do Verbo encarnado, não deixa adiante de seguir aprofundando nele, resumindo seu

pensamento em fórmulas tão densas eficazes, que adianta de algum modo a de Calcedônia. Eis aqui um texto significativo tomado de uma de suas últimas obras: “O cristão fiel crê e confessa em Cristo a Verdadeira natureza humana, isto é, de sorte que quem assumiu e aqueles que foram assumindo de maneira singular por pessoa a Trindade... uma só pessoa Deus e homem. Porque nós dizemos que Cristo é verdadeiro Deus, nascido do Pai... e que Ele mesmo é verdadeiro homem, nascido de mãe que foi criatura humana... e que sua humanidade com a qual é menor que o Pai, não tira nada de sua divindade, com a qual é igual ao Pai: duas naturezas, um só Cristo”. Ou mais brevemente, “Aquele que é homem, esse mesmo é Deus, e aquele que é Deus esse mesmo é homem, não pela confusão das naturezas, senão pela unidade da pessoa, “uma só pessoa em duas naturezas”.

Com esta firme visão de unidade da pessoa em Cristo, "totus Deus et totus", Agostinho passeia pelo amplo panorama da teologia e da história. Se a mirada da águia se fixa em Cristo Verbo do Pai, não insiste menos em Cristo como homem. Mas, ainda que afirma energeticamente: sem Cristo homem não existe mediação, nem recoleção, nem justificação, nem ressurreição, nem possibilidade de pertencer a Igreja, cuja cabeça é Cristo. Sobre estes temas trata uma e outra vez, de os desenvolver amplamente, tanto para justificar a fé que havia reconquistado aos 32 anos, como pelas exigências da controvérsia pelagiana.

Cristo, homem-Deus, é o único entre justo e imortal e os homens mortais e pecadores, pois é mortal e justo contemporaneamente; por tanto, é a via universal da liberdade e da salvação. Fora esta via, que “nunca faltou ao gênero humano, ninguém jamais foi livre, ninguém é livre, ninguém será liberto”.

A mediação de Cristo se realiza na redenção, que não consiste no exemplo de justiça, senão sobre tudo no sacrifício de reconciliação que foi absolutamente verdadeiro, livre e perfeitíssimo. A redenção de Cristo tem como caráter essencial a universalidade, a qual demonstra a universalidade do pecado. Neste sentido, Agostinho repete e interpreta as palavras de São Paulo: “Se um morreu por todos, logo todos são mortos” (2Cor 5, 14), mortos a causa do pecado. “Toda a fé cristã consiste, pois, na causa dos homens, um que dá a vida”. De onde segue-se que “todo homem é Adão, como neles que creem, todo homem é Cristo”.

Negar esta doutrina, dizia Agostinho, seria “desvirtuar a cruz de Cristo” (1Cor 1, 17). Para que isto não sucedesse, falou e escreveu muito sobre a universalidade do pecado, incluída a doutrina do pecado original, “que a Igreja, escreve ele, desde a antiguidade”. De fato Agostinho ensina que “o Senhor Jesus Cristo não se fez homem por outro motivo..., senão para vivificar, salvar, libertar, redimir e iluminar a quem antes estavam na morte, na enfermidade, na escravidão, no cárcere, nas trevas do pecado. É lógico que ninguém poderá pertencer a Cristo se não tem necessidade destes benefícios da redenção”.

Como o único mediador e redentor dos homens é Cristo, cabeça da Igreja, Cristo e Igreja são uma só Pessoa mística, o Cristo total. Com atrevimento escreve: “Nos convertemos em Cristo. Pois se ele é a cabeça, nós somos seus membros; o homem total somos Ele e nós”. Esta doutrina do Cristo total é uma das mais queridas do bispo de Hipona e também uma das mais fecundas de sua teologia eclesiológica.

Outra verdade é a do Espírito Santo, alma do Corpo místico – “o que é a alma para o corpo, isso mesmo é o Espírito Santo para o Corpo de Cristo que é a Igreja” –, do Espírito Santo princípio da comunhão que une os fiéis entre si e a Trindade. De feito “o Pai e o Filho hão querido que nós entrássemos em comunhão entre nós mesmos e com eles por meio daquele que é comum a ambos, e nos recolheu na unidade, mediante o único dom

que tem em comum, isto é, por meio do Espírito Santo, Deus e Dom de Deus". Por este escreve o mesmo lugar: "A comunhão da unidade da Igreja ou a *societas unitatis*, fora da qual não se dá perdão dos pecados, é a obra própria do Espírito Santo, com quem realizam conjuntamente o Pai e o Filho, dado que em certo modo, o mesmo Espírito Santo é o elemento unificante e a *societas* que une o Pai e o Filho.

Olhando a Igreja, Corpo de Cristo e vivificada pelo Espírito Santo, que é o Espírito de Cristo, Agostinho desenvolveu em diversas maneiras uma noção acerca da qual o recente Concílio tratou com particular interesse: a Igreja comunhão. Fala dos três modos diversos, mas convergentes: a comunhão dos sacramentos ou a realidade institucional fundada por Cristo sobre o fundamento dos Apóstolos, da qual discute ampliadamente na controvérsia donatista, defendendo sua unidade, universalidade, apostolicidade e santidade, demonstrando que tem por centro a "Sede de Pedro", "em que sempre esteve vigente o primado da Cátedra Apostólica"; a comunhão dos santos ou a realidade espiritual, que une a todos os justos desde Abel até a consumação dos séculos; a comunhão dos bem-aventurados ou a realidade escatológica que congrega a quantos conseguiram a salvação, quer dizer, a Igreja "sem mancha nem ruga" (Ef 5, 27).

Outro tema predileto da eclesiologia agostiniana foi a de Igreja Mãe e Mestra. Sobre este argumento Agostinho escreveu páginas profundas e comovedoras, dado que interessava de perto sua experiência de convertido e sua doutrina de teólogo. Em seu caminho de volta a fé encontrou a Igreja não oposta a Cristo, como lhes haviam feito crer, senão apenas, como manifestação de Cristo, "mãe altamente verdadeira dos cristãos" e depositária da verdade relevada.

A Igreja que engendra os cristãos: "Dois nos engendraram para a morte, dois nos engendraram para a vida. Os pais que nos engendraram para a morte são Adão e Eva; os pais que nos engendraram para a vida foi Cristo e a Igreja". A Igreja é mãe que sofre pelos que se afastam da justiça, especialmente por quem dilaceram sua unidade; é a pomba que geme e chama para que todos regressem e se amparem debaixo de suas asas; é a manifestação da paternidade universal de Deus mediante a caridade, a qual "para uns é carinhosa, para outros severa. Para nenhum é inimiga, para todos é mãe".

É mãe, mas também, como Maria, é virgem: mãe pelo ardor da caridade, virgem pela integridade da fé que custodia, define e ensina. Com ela, a maternidade virginal está relacionada com a sua missão de mestra, que a Igreja exerce obedecendo a Cristo. Por isto Agostinho olha a Igreja como depositária das Escrituras e proclama que ele se sente seguro nela, qualquer que sejam as dificuldades que se apresentem, ensina insistentemente aos demais a fazer o mesmo. "Assim, como lhes disse muitas vezes e repito insistentemente: sejamos o que sejamos, vós estais seguros: vós que temeis a Deus Pai e a Igreja por Mãe". Desta convicção nasce sua fervorosa exortação a amar a Deus e a Igreja, precisamente a Deus como Pai e a Igreja como Mãe. Talvez ninguém tenha falado da Igreja com tanto afeto e com tanta paixão como Agostinho. Aqui proponho alguns de seus acentos. Realmente poucos, mas confio que são suficientes para fazer compreender a profundidade e a beleza de uma caridade que anima a Igreja pelo afeto da presença nela do Espírito Santo. "Temos o Espírito Santo", escreve, "sim amamos a Igreja; e amamos a Igreja se permanecermos em sua unidade e em sua caridade".

4. *Liberdade e graça*

Seria coisa de nunca acabar o indicar, ainda que não fosse mais que seriamente, os diversos aspectos da teologia agostiniana. Outro tema importante, é mais fundamental, relacionado também com sua conversão, é o de liberdade e da graça. Como tenho recordado já, foi em vésperas de sua conversão quando tomou consciência da

responsabilidade do homem em suas ações e da necessidade da graça do único Mediador, cuja força experimentou no momento da decisão final. Um testemunho eloquente o constitui o livro VIII das Confissões. As reflexões pessoais e as controvérsias que sustentou depois, especialmente contra os adeptos dos maniqueus e dos pelagianos, lhe ofereciam a ocasião de estudar mais a fundo os termos do problema e propor, ainda que com grande modéstia, dado ao caráter misterioso da questão, uma síntese.

Sustentou sempre que a liberdade é um ponto fundamental da antropologia cristã. O sustentou contra seus antigos correligionários, contra o determinismo dos astrólogos de quem ele mesmo havia sido vítima e contra toda forma de fatalismo, explicou que a liberdade e a presença divina não são incompatíveis, como tão pouco o são a liberdade e a ajuda da graça divina. “Ao livre arbítrio não lhe suprime porque lhe ajude, senão que lhe ajuda precisamente porque não se elimina”. Se tem a isto, o célebre princípio agostiniano: “Quem te criou sem ti, não te salvará sem ti. Assim, criou a quem não o sabia, mas não salvará a quem não quer se salvar!

A quem colocava em destaque esta incônciliabilidade o afirmava o contrário Agostinho e demonstra com uma larga série de textos bíblicos que liberdade e graça pertencem a divina Revelação e que temos que defender firmemente ambas verdades. Chegar a ver a fundo sua conciliação é questão sumamente difícil que poucos chegam a compreender e que pode inclusive, criar angústia para muitos, porque ao defender a liberdade se pode dar a impressão de negar a graça e vice-versa. Mas é preciso crer em sua conciliabilidade como na conciliabilidade de duas prerrogativas essenciais de Cristo, das que uma e outra dependem respectivamente.

Chegar a estudar a fundo sua conciliação é questão sumamente difícil que poucos chegam a compreender, pode inclusive criar angústia para muitos, porque ao defender a liberdade se pode dar a impressão de negar a graça e vice-versa. Mas é preciso crer em sua conciliabilidade como na conciliabilidade de duas prerrogativas essenciais de Cristo, onde uma e outra dependem respectivamente. Efetivamente, Cristo é ao mesmo tempo salvador e juiz. Pois bem, “se não existe a graça, como salvar o mundo? E se não existe o livre arbítrio, como julgar o mundo?”.

Por outro lado, Agostinho insiste na necessidade da graça que é ao mesmo tempo, necessidade da oração. A quem dizia que Deus não manda coisas impossíveis e que por tanto, não é necessária a graça, lhe respondia” sim, é verdade, “Deus não manda coisas impossíveis, mas como mandato te adverte que faças o que possas e que peças o que não possas”, e ajuda o homem para que possa e peça o que não possas”, e ajuda ao homem para que possa, Ele que “não abandona a ninguém se ninguém não abandona a Ele”.

A doutrina sobre a necessidade da graça se converte na doutrina sobre a necessidade da oração, na que tanto insiste Agostinho, porque como escreve ele, “é certo de que Deus tem preparado alguns dons inclusive para quem não os pede, por exemplo, o começo da fé, mas outros para quem os implora como a perseverança final”.

Por tanto, a graça é necessária para afastar os obstáculos que impede a vontade de fugir do mal e realizar o bem. Estes obstáculos são dois, “a ignorância e fraqueza”, sobre tudo a segunda, “porque quando não começa a aparecer claro o que tem que se fazer..., não se atua, não se realiza, não se vive bem”. Por isto a graça adjuvante é sobre tudo “a inspiração da caridade, em virtude a qual fazemos com santo amor o que conhecemos que temos que fazer”.

Ignorância e fraqueza são os obstáculos que é preciso superar para poder respirar a liberdade. Mas será inútil recordar a defesa da necessidade da graça para Agostinho e a defesa da liberdade cristã. Tomando como ponto de partida as palavras de Cristo: Si o Filho os libertar, então sereis verdadeiramente livres (Jo 8, 36), Agostinho se fez defensor

e cantor daquela liberdade que é inseparável da verdade e do amor. Verdade, amor, liberdade, eis aqui os três grandes bens que apaixonaram a alma de Agostinho e estimularam seu gênio. Sobre ele derramou muita luz de compreensibilidade.

Detenhamo-nos um momento sobre este último bem – é a liberdade – é o caso de advir que ele descreve e exalta a liberdade cristã em todas as formas. Estas vão desde a liberdade com respeito ao erro – porque, pelo contrário, a liberdade do erro é “a pior morte da alma” – mediante o dom da fé, que somente a alma a verdade, até a liberdade última e indefectível, a maior, que consiste em não poder morrer e não pecar, isto é, a imortalidade e a justiça plena. Entre estes dois, quem indicam o começo e o término da salvação, explica e proclama todas as demais é a liberdade com respeito ao pecado como obra de justificação; a liberdade do domínio das paixões desordenadas, obra da graça que ilumina a inteligência e vontade a força necessária para fazê-la invencível ao mal, como ele mesmo experimentou em sua conversão, quando se viu livre da escravidão; a liberdade com relação ao tempo, que devoramos e que por sua vez nos devora, enquanto o amor nos permite viver assíduos a eternidade.

Acerca da justificação, cujas inefáveis riquezas expõe – a vida divina da graça, a inabituação do Espírito Santo, a “deificação” – ele faz uma distinção importante entre a remissão dos pecados, que é plena e total, plena e perfeita, e a renovação interior, que é progressiva e só será pela e total depois da ressurreição, quando todo o homem participará da imutabilidade divina.

Enquanto a graça fortifica a vontade, insiste dizendo que a obra por meio do amor, se faz invencível a vontade contra o mal sem tirar-lhe a possibilidade de não querer. Ao tratar das palavras de Jesus no evangelho de João: *Ninguém vem a mim se o Pai não o atrai* (6, 44), comenta ele: “Não creia que vais ser atraído contra tua vontade: a alma lhe atrai também no amor”. Por amor, observa também, obra com “liberal suavidade”; por isso “observa a lei livremente quem a cumpre com amor”: “A lei da caridade é a lei da liberdade”.

Não é menos insistente o ensinamento de Agostinho a propósito da liberdade do tempo, liberdade que Cristo, Verbo eterno, vem trazendo ao mundo com a Encarnação: “Ó Verbo eterno, exclama Agostinho, que existe antes dos tempos, por meio do qual os tempos foram feitos, nascido Tu também no tempo não obstante que fostes a vida eterna: Tu chamas a existência aos seres temporais e o fazes eternos”. Sabemos que nosso Doutor escrutinou muito o mistério do tempo, sentiu e repetiu a necessidade que temos de transcender o tempo para ser de verdade. “Se também tu queres ser, transcende o tempo. Mas, quem pode transcender o tempo somente com suas forças? Que nos eleve ao alto Aquele que disse o Pai: Quero que de onde estou, ali também estejais vós comigo (Jo 17, 24).

A liberdade cristã, da qual não é feito senão uma breve alusão, Agostinho a estuda na Igreja – a Cidade de Deus – que mostra seus afetos, sustentada pela graça divina e dela depende, e dela participa todos os homens. Com efeito, está fundada sobre o amor “social” que abraça a todos os homens e quer uni-los na justiça e na paz; ao contrário da cidade dos iníquos que divide e enfrenta uns contra os outros porque está fundada sobre o amor “privado”.

Vale a pena recordar aqui algumas definições de paz que escreveu Agostinho segundo as realidades. Partindo da noção de que “a paz dos homens é concórdia ordenada”, define a paz de casa como “a concórdia ordenada dos habitantes em mandar e obedecer”, igualmente a paz da cidade. Depois continua: “A paz da cidade celeste é a ordenadíssima e concordíssima sociedade dos que gozam de Deus e de uns e outros em Deus”. Logo a definição da paz de todas as coisas que é a tranquilidade da ordem. E assim, define a

ordem mesma, que não é outra coisa a não ser “a disposição de realidades iguais e desiguais, que dá a cada qual seu próprio posto”.

Por esta paz realiza e por esta paz “suspira o Povo de Deus durante sua peregrinação desde o começo do regresso”.

5. *A caridade e as ascensões do espírito*

Em breves sínteses dos ensinamentos agostinianos ficaria gravemente incompleta se não falasse algo da doutrina espiritual, estreitamente unida a doutrina filosófica e teológica, rica é uma e outra. Temos que voltar uma vez mais ao tema da conversão com a qual comecei. Foi então quando decidiu dedicar-se por completo ao ideal da perfeição cristã. A este propósito se manteve sempre fiel; e não só isso, senão que se comprometeu com todas as suas forças a ensinar o caminho aos outros. O fez inspirando-se em sua experiência pessoal e na Sagrada Escritura que é para todos o primeiro alimento da piedade.

Foi um homem de oração; e mais se poderia dizer: um homem de oração – basta recordar as célebres confissões, escritas em forma de carta dirigida a Deus – e repetiu a todos com incrível perseverança a necessidade da oração: “Deus nos coloca que devemos combater mais com a oração do que com as nossas próprias forças”; descreve sua natureza, tão sensível por uma parte, mas tão complexa por outra; a interioridade, a qual identificou a pregação com o desejo: “Teu desejo é a tua oração e o desejo contínuo é a oração contínua”; o valor social: “Oremos por quem não foram chamados, escreve ele, a fim de que o sejam: talvez tenham sido predestinados de forma que sejam concedidos a nossas orações”; a inserção insubstituível em Cristo “que reza por nós, reza em nós e a quem nós rezamos; reza por nós como nosso sacerdote, reza em nós como nosso chefe e nós rezamos a ele como nosso Deus: reconheçamos por tanto, n’Ele nossa voz e nós a sua”.

Com progressiva diligência foi subindo os pedais das ascensões interiores e descreveu seu programa para todos: um programa amplo e articulado que compreende o movimento da alma até a contemplação – purificação, constância e serenidade, orientação até a luz, morada em luz –, os pedais da caridade – incipiente, adiantada, intensa, perfeita – os dons do Espírito Santo relacionados com as bem-aventuranças, os pedidos do *Pai nosso* e os exemplos de Cristo.

Se as bem-aventuranças evangélicas constituem o clímax sobrenatural no que deve viver o cristão, os dons do Espírito Santo dão o toque sobrenatural da graça, que faz possível esse clima. As petições do *Pai nosso*, ou em geral, a oração que toda ela se reduz a essas petições, como alimento necessário; o exemplo de Cristo, modelo que há de se imitar; a caridade, por sua arte, constitui a alma de tudo, o centro de irradiação, o resorte secreto do organismo espiritual. Não foi mérito pequeno do bispo de Hipona haver voltado a conduzir toda a doutrina e vida cristã a caridade, entendida como “adesão a verdade para viver na justiça”.

Assim o faz, em efeito, com a Escritura, que com ela, “narra Cristo e recomenda a caridade”, a teologia, que com ela encontra seu fim, a filosofia, a pedagogia e até a política. Na caridade frisou a essência e a medida da perfeição cristã, o primeiro dom do Espírito Santo, a realidade com a que ninguém pode ser mal, o bem com o qual todos os outros bens não servem para nada. “Tem a caridade e o terás tudo, porque sem ela tudo o que possa ter não te deixará por nada”.

Da caridade ele colocou em relevo todas as suas inesgotáveis riquezas: faz fácil o que é difícil, move o que é habitual, faz insuprimível o movimento até o Sumo Bem, porque aqui na terra a caridade nunca é completa, livre de todo interesse que não seja Deus, é inseparável da humanidade – “de onde há humildade, ali está a caridade” – é a essência

da virtude – de fato, a virtude não é mais do que amor ordenado –, dom de Deus. Ponto crucial este último, que distingue e separa a concepção naturalista e a concepção cristã da vida. “De onde procede nos homens a caridade de Deus e do próximo senão de Deus mesmo? Porque se ela não procede de Deus, mas dos homens, os pelagianos teriam razão; se pelo contrário, procede de Deus, nós teremos vencido os pelagianos”.

Da caridade nascia em Agostinho a ânsia da contemplação das coisas divinas, que é própria da sabedoria. Das formas mais altas de contemplação teve experiência mais de uma vez, não só naquela célebre visão de Óstia, senão também outras vezes. De si mesmo disse: “Com frequência faço isto – quer dizer, recorre a meditação da Escritura para que não o oprimam suas graves ocupações –, é a minha alegria, e nesta satisfação me refugio sempre que logro ver-me livre do cerco das ocupações... Às vezes me introduz em uma luz interior desconhecida e indefinivelmente doce que, quando chegue a alcançarem em mim sua plenitude, não sei dizer qual vem a ser; certamente não será esta vida”. Se somam estas experiências ao aprofundamento teológico e psicológico de Agostinho e sua rara capacidade como escritor, se compreende como pode descrever com tanta precisão as ascensões místicas, até o ponto de que alguém o tenha chamado de príncipe dos místicos.

Obstante ao amor predominante da contemplação, Agostinho aceitou a “carga” do Episcopado e ensinou aos demais a fazer o mesmo, respondendo assim com humildade a chamada da Igreja Mãe, mas ensinou também com exemplo e escritos como conservar, em meio das ocupações da atividade pastoral, o gosto pela oração e pela contemplação. Vale a pena citar a síntese – já clássica – que nos oferece a *Cidade de Deus*. “O amor da verdade busca o descanso da contemplação, o dever do amor aceita a atividade do apostolado. Se ninguém nos impõe este peso, há que dedicar-se à busca e à contemplação da verdade; mas se nos impõem, ter que acolhe-lo por dever de caridade. Mas ainda que este caso não se deva abandonar os consolos da verdade, para que não suceda que, privados dessa doçura, nos vemos prostrados por esta necessidade”. A profunda doutrina exposta nestas palavras merece uma larga e atenta reflexão. Resulta mais fácil e eficaz se ver o mesmo Agostinho, que deu esplêndido exemplo de como conciliar ambos aspectos, aparentemente contrários, da vida cristã: oração e ação.

Não será inoportuno dedicar uma recordação da ação pastoral deste bispo a quem ninguém encontrará dificuldade de catalogar entre os mais grandes Pastores da Igreja. Também esta ação teve origem em sua conversão, pois dela nasceu o propósito de servir a Deus somente. “Já não amo mais que a Ti... e a Ti só quero servir...”. Quando depois se deu conta de este serviço devia estender-se a ação pastoral; não duvida a aceita-la; com humildade, com temor, com pena, mas a aceita por obedecer a Deus e a Igreja.

Três foram os campos desta ação, campos que foram ampliados com três círculos concêntricos: a Igreja local de Hipona, não grande, mas inquieta e necessitada; a Igreja africana, miseravelmente dividida entre católicos e donatistas; a Igreja universal, combatida pelo paganismo e pelo maniqueísmo, e agitadas pelos movimentos heréticos.

Ele se sentiu em tudo como servo da Igreja – “servo dos servos de Cristo” –, tirando deste pressuposto todas as consequências, incluso as mais atrevidas, como a de expor sua vida aos fiéis. Efetivamente, pedia ao Senhor poder ama-lo até o ponto de estar disposto a morrer por eles, “ou na realidade ou na disposição”. Estava convencido de que quem, posto a frente do povo, se não tivera esta disposição, mas que bispo se parecia “espantar pássaros que está na vinha”. Não quer verse salvo sem seus fiéis e está preparado a qualquer sacrifício com tal de poder levar de novo aos desgarrados ao caminho da verdade. Em um momento de extremo perigo a causa da invasão dos Vândalos, ensina aos sacerdotes a permanecer em meio de seus fiéis, incluso com perigo da sua própria

vida. Com outras palavras, quer que os bispos e sacerdotes sirvam aos fiéis como Cristo lhes serviu. “Em que sentido é servidor quem preside? No mesmo sentido em que foi servo o Senhor”. Este foi seu programa.

Em sua diocese, de onde não se afastou nunca senão por necessidade, foi assíduo na pregação – predicava no sábado e domingo, e com frequência durante toda semana –, na catequese, na “*audientia episcopi*”, as vezes durante toda a jornada, esquecendo-se até de comer, no cuidado dos pobres, na formação do clero, na guia dos monges, muitos dos quais foram chamados ao sacerdócio e ao episcopado, e dos mosteiros das “*sanctimoniales*”. Ao morrer “deixou a Igreja um clero numeroso, assim também, mosteiros de homens e mulheres repletos de pessoas consagradas a continência baixo a obediência de seus superiores, sem contar as bibliotecas...”.

III. O Pastor

Trabalhou igualmente sem descanso em favor da Igreja africana: se prestou a pregação aonde quer que o chamavam, esteve presente nos numerosos Concílios regionais, não obstante as dificuldades de viagem, se dedicou com inteligência, assiduidade e paixão a terminar com o cisma donatista que dividia em duas aquela Igreja. Foi esta sua grande tarefa, mas também, em vista do êxito obtido seu grande mérito. Ilustrou com numerosas obras a história e a doutrina do donatismo, propôs a doutrina católica sobre a natureza dos sacramentos e da Igreja, promoveu uma conferência ecumênica entre bispos católicos e donatistas, animou com sua presença, propôs e obteve que se eliminaram todos os obstáculos que se opunham para reunificação, incluído o da eventual renúncia dos bispos donatistas ao episcopado, divulgou as conclusões da dita conferência e preparou para um êxito definitivo o processo de pacificação. Perseguido a morte, uma vez saiu indemne das mãos dos “seguidores” donatistas porque o guia se equivocou de caminho.

Para a Igreja universal compôs muitas obras, escreveu numerosas cartas, e em favor da mesma susteve inumeráveis controvérsias. Os maniqueos, os pelagianos, os arianos e os pagãos foram o objeto de sua preocupação pastoral em defesa da fé católica. Trabalhou infatigavelmente de dia e de noite. Nos últimos anos de sua vida sempre ditava de noite uma obra e, quando estava livre, outra de dia. Ao morrer aos 76 nos, deixou incompletas três. São elas o testemunho mais eloquente de sua contínua laboriosidade e de seu insuperável amor a Igreja.

IV. Agostinho aos homens de hoje

A este homem extraordinário queremos perguntar-lhe, antes de terminar, o que ele tem a dizer aos homens de hoje. Penso que tenha realmente muito que dizer, tanto com seu exemplo como com seus ensinamentos.

A quem busca a verdade lhe ensina que não perca a esperança de encontrá-la. O ensina com seu exemplo – ele a encontrou depois de muitos anos de laboriosa busca – e com sua atividade literária, cujo programa fixa na primeira carta que escreveu depois de sua conversão.

“A mim me parece que há de se conduzir de novo aos homens... a esperança de encontrar a verdade”. E assim, ensina a busca-la “com humildade, desinteresse e diligência”, a superar: o ceticismo mediante o retorno a si mesmo, de onde habita a verdade; o materialismo, que impede a mente perceber sua união indissolúvel com as realidades

inteligentes; o racionalismo, que, ao rechaçar a colaboração da fé, se põe em condição de não entender o “mistério” do homem.

Aos teólogos, que justamente se afanam por compreender melhor o conteúdo da fé, deixa Agostinho o patrimônio imenso de seu pensamento, sempre válido em seu conjunto e especialmente o método imenso ao que se manteve firmemente fiel. Sabemos que este método supunha a adesão plena a autoridade da fé, uma em sua origem – a autoridade de Cristo – se manifesta através da Escritura, a Tradição e a Igreja; o ardente desejo de compreender a própria fé – aspira muito a compreender, diz aos demais e se aplica a si mesmo; o sentido profundo do mistério – é a melhor ignorância fiel. Exclama Agostinho, que a ciência temerária –; a segurança convencida de que a doutrina cristã vem de Deus e tem por ele mesmo uma própria originalidade que não só tem que conservar em sua integridade – é esta a “virgindade” da fé da que ele falava – senão que deve servir também como medida para julgar filosofias conformes ou contrárias a ela.

Se sabe o quanto amava Agostinho a Escritura, cuja origem divina exalta, assim também sua inerrância, sua profundidade e riqueza inesgotável, quando a estudava. Mas, ele estuda e quer que se estude toda a Escritura, que se ponha de relevo seu verdadeiro pensamento ou, como disse ele, seu “coração”, colocando-a, o quanto seja preciso, de acordo consigo mesmo. A estes dois pressupostos os considera leis fundamentais para entendê-la. Por isto a lê na Igreja, tendo em conta a Tradição, cujas propriedades e força obrigatória põe em relevo. É célebre sua expressão: “eu não acreditaria no Evangelho se não me induzisse a ele a autoridade da Igreja católica”.

Nas controvérsias que nascem em torno da interpretação da Escritura recomenda que se discuta “com santa humildade, com a paz católica, com a caridade cristã”, “até que a verdade floresça, verdade que Deus colocou na cátedra da unidade”. Então se poderá constatar como a controvérsia não surgiu inutilmente, posto que se converteu na “ocasião de aprender”, ocasionando um processo na inteligência da fé.

Falando um pouco mais a propósito sobre os ensinamentos de Agostinho aos homens de hoje, os pensadores lhe recordam o duplo objeto de toda investigação que deve ocupar a mente humana: Deus e o homem. “O que queres conhecer?”, se pergunta a si mesmo. E responde: “Deus e o homem”. “Nada mais?” Absolutamente nada mais”. Frente ao triste espetáculo do mal, recorda aos pensadores que tenham fé no triunfo final do bem, isto é, daquela Cidade “de onde a vitória é verdade, a dignidade santidade, a paz felicidade e a vida eternidade”.

Aos homens da ciência os convida também a reconhecer as coisas criadas nas pegadas de Deus e a descobrir a harmonia do universo as “razões siminais” que Deus depositou nelas. Finalmente, os homens que tem em suas mãos os destinos dos povos lhe recomenda que amem sobretudo a paz e que a promovam, não com a luta, senão com os métodos pacíficos, porque escreve ele sabiamente, “é título de glória mais grande matar a guerra com a palavra que os homens com a espada e procurar o bem, manter a paz com a paz, não com a guerra.

Para terminar, vou dedicar uma palavra aos jovens, a quem Agostinho amou muito como professor de sua conversão, e como Pastor, depois. Ele lhes recorda seu grande trinômio: verdade, amor, liberdade; três bens supremos que se dão juntos. Lhes convida a amar a beleza, ele que foi um grande enamorado dela. Não só a beleza eterna de Deus, da que provem a beleza dos corpos, da arte e da virtude. De Deus, que é “a beleza de toda beleza”, “fundamento, princípio e ordenador do bem e da beleza de todos os seres que são bons e belos”. Agostinho, recordando aos anos anteriores a sua conversão, se lamenta amargamente de haver amado tarde esta “beleza tão antiga e tão nova”, e quer

que os jovens não o sigam nisto, senão que, amando-a sempre e por cima de tudo, conservem perpetuamente nela o esplendor interior de sua juventude.

V. Conclusão

Recordei a conversão traçando rapidamente um panorama do pensamento de um homem incomparável, de quem todos na Igreja e no Ocidente nos sentimentos de alguma maneira discípulos e filhos. Uma vez mais manifestou o vivo desejo de que se estude e seja amplamente conhecida sua doutrina e de que se imite seu zelo pastoral, para que o magistério de tão grande Doutor e Pastor continuem a Igreja e no mundo em benefício da cultura e da fé.

O XVI centenário da conversão de Santo Agostinho brinda uma ocasião muito propícia para incrementar os estudos e para difundir a devoção a ele. A tal fim e compromisso exorto especialmente as Ordens religiosas – masculinas e femininas- que levem seu nome, vivem baixo seu patrocínio ou de qualquer modo segue sua regra e a clamam pai. Que todos eles aproveitem esta ocasião para viver e fazer reviver mais intensamente seus ideais.

Com ânimo agradecido e com os melhores votos de bem, estarei presente nas diversas iniciativas e celebrações que com este motivo se organizem por toda parte. Para cada uma delas invocou de coração a proteção celestial e o auxílio eficaz da Virgem Maria, a que o bispo de Hipona exaltou como mãe da Igreja. Minha benção apostólica, que me é grato chegar a todos mediante essa carta.

Roma, junto a São Pedro, 28 de agosto de 1986, festa de Santo Agostinho, Bispo e Doutor da Igreja, ano VIII de meu pontificado.

IOANNES PAULUS PP. II

Tradução: José Wilson Fabrício da Silva, crl